

**Pedras que cantam: Semântica e valores atribuídos ao pátio
de São Pedro em Recife-PE**

*Singing Stones: Semantics and Values Attributed to the Courtyard of São
Pedro in Recife-PE*

Josebias Costa do Nascimento Neto

Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFPB, Brasil.
josebias.nascimento@academico.ufpb.br

Pedro Henrique Cabral Valadares

Professor Doutor, UPE, Brasil.
arq.pedrovaladares@gmail.com

RESUMO

Situado no bairro de Santo Antônio, o pátio de São Pedro em Recife-PE, é enunciado como objeto de estudo desta pesquisa junto a imponente Catedral de São Pedro dos Clérigos e o casario que delimita o espaço, sua relevância é reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), enquanto um valioso conjunto arquitetônico urbano. Dito isso, a presente pesquisa tem como objetivo principal explorar o que caracteriza semanticamente os pátios nas cidades luso-brasileiras e quais seus valores reconhecidos como patrimônio cultural. Enquanto um espaço físico associado a um edifício de função religiosa e lugar de socialização onde ocorriam as restritas manifestações culturais. Através da revisão bibliográfica pertinente a área estudada e da análise retrospectiva do processo de tombamento do pátio de São Pedro, destaca-se entre os principais resultados, uma nova pluralidade de valores atribuídas ao pátio de São Pedro, para além do valor artístico, histórico e de ambiência. No que se refere a função e semântica dos pátios, os estudos mais recentes, reforçam a necessidade de questionar os entendimentos tradicionais sobre a temática de patrimônio cultural, a fim de promover mudanças na maneira como o patrimônio é preservado, interpretado e valorizado, tornando-o adaptado às necessidades e realidades atuais. Dessa maneira, os resultados contribuem com aportes teóricos e sociais, para a manutenção e continuidade historiográfica da cidade do Recife.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural. Pátio de São Pedro. Recife (PE).

ABSTRACT

Located in the Santo Antônio neighborhood of Recife, Pernambuco, Brazil, the Pátio de São Pedro is the subject of this study, along with the imposing Co-Cathedral of São Pedro dos Clérigos and the surrounding houses. Its relevance as a valuable urban architectural ensemble is recognized by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN). This research aims to explore the semantic characterization of patios in Luso-Brazilian cities and their recognition as cultural heritage. As a physical space associated with a religious building and a place of socialization where restricted cultural manifestations took place, the Pátio de São Pedro offers a unique case study. Through a review of relevant literature and a retrospective analysis of the Pátio de São Pedro's listing process, the study highlights a new plurality of values attributed to the site beyond its artistic, historical, and environmental significance. Regarding the function and semantics of patios, recent studies emphasize the need to question traditional understandings of cultural heritage. This is crucial for promoting changes in the way heritage is preserved, interpreted, and valued, adapting it to current needs and realities. The results of this research contribute theoretical and social insights to the preservation and historiographical continuity of the city of Recife.

KEYWORDS: Cultural Heritage. São Pedro Courtyard. Recife (PE).

1 INTRODUÇÃO

O pátio de São Pedro, situado no coração da capital pernambucana, foi erguido no século XVIII e ostenta um conjunto arquitetônico de feições coloniais que, por sua vez, o distingue dos pátios de seu entorno. Como um testemunho do passado, esta localidade transcende a mera definição de espaço físico, pois sua rica história está intimamente entrelaçada com o processo de construção da cidade do Recife, o tornando um território de profunda significância cultural e de valores inestimáveis.

Em sua configuração espacial, destaca-se a imponente Catedral de São Pedro dos Clérigos, responsável pelo nome do local, que possui fachada e interior ornamentado em estilo barroco reconhecido como um exemplo notável da arte sacra brasileira. Além disso, o casario que contorna e delimita o espaço sagrado e profano, enquanto um conjunto de edificações, o pátio de São Pedro se impõe como um palco vibrante da vida recifense.

Ao longo dos séculos de existência desse território, o lugar serviu como ponto de encontro para celebrações religiosas, eventos culturais e manifestações populares. Bares e restaurantes, no local, atraem visitantes de todas as partes, criando uma atmosfera cosmopolita e acolhedora. Por isso, os valores que emanam do pátio são multifacetados; enquanto sua história evoca a resistência, perseverança e por fim, sua arquitetura celebra a diversidade cultural do povo brasileiro.

Dessa forma, o presente estudo busca contribuir para a construção da historiografia deste reconhecido patrimônio cultural, tendo em vista o urbano e a identidade social do Recife. Ao lançar luz sobre o pátio de São Pedro, esperamos inspirar a comunidade a reconhecer e valorizar este espaço único, que representa uma importante parcela da memória social recifense.

Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo principal explorar o que caracteriza semanticamente os pátios nas cidades luso-brasileiras e quais seus valores reconhecidos como patrimônio cultural, seja enquanto um espaço físico, em geral associado a um edifício de função religiosa, ou como um lugar de socialização onde ocorriam as restritas manifestações públicas, também vinculadas à agenda da Igreja Católica (GUERRA, 1970). Nesta busca por compreender nosso objeto de estudo, começamos por definir o termo e caracterizar este espaço, por sua relevância na fundação das vilas e cidades brasileiras do período colonial, como o objeto de estudo deste trabalho, o pátio de São Pedro.

Logo, propomos uma reflexão sobre as mudanças e permanências quanto aos valores atribuídos a este bem patrimonial, tombado em esfera federal através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) enquanto conjunto arquitetônico de excepcional importância em âmbito nacional. Com base no processo de tombamento referente ao pátio de São Pedro e sua Catedral, costura-se uma narrativa dando voz a histórias concretas de interesses atuais, conectando o passado e o presente de forma significativa. Afinal, enquanto um importante veículo de significados, este espaço expressa os primeiros suspiros do processo de construção da sociedade recifense, sobretudo nos aspectos histórico, cultural e simbólico (MARX, 2003).

2 O PÁTIO ENQUANTO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO: semântica e função

A configuração das cidades está intrinsecamente ligada aos métodos de produção, aos sistemas de propriedade e parcelamento de terras, às influências culturais e sociais, às características do ambiente físico e do clima etc. Logo, o desenho de uma cidade pode ser lido como o conjunto de fatores que confere forma ao espaço urbano, repleto de valores e significados, atravessado pelas relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas, em suma culturais, condensadas como a “expressão fundamental” dos diferentes agentes envolvidos nesse processo em suas respectivas escalas.

Nesta relação entre forma e significado, observando especificamente as cidades no universo luso-brasileiro, tem destaque a forte influência que a Igreja Católica teve sobre a configuração das cidades, em especial dos espaços sagrados dos templos e suas áreas adjacentes, edifícios e espaços livres que surgiam alimentados e alinhados à celebração da fé.

Estes espaços associados às igrejas e demais edifícios religiosos: os adros, pátios, praças e terreiros marcam a paisagem urbana como elementos estruturadores da vida social e religiosa das cidades luso-brasileiras. A exemplo, cita-se o terreiro de Jesus, em Salvador (Figura 1), “o primeiro do tipo projetado na colônia portuguesa e a matriz de todos os que vieram depois a ser construídos no Brasil” (LUCAS, 2013, p. 10).



Figura 1 – Bilhete postal de evento no terreiro de Jesus, Salvador, em 1908.

Fonte: Salvador Antiga, 2021.

Estes antigos espaços, entre transformações e permanências, compõem ainda de forma significativa em muitas cidades brasileiras, tendo destaque, na cidade do Recife, o

conjunto de pátios inseridos nos bairros de São José e Santo Antônio, que serão a seguir tratados.

Tratando de entender o que é um pátio, começamos por citar a definição contida no “Vocabulário Português e Latino” elaborado por Rafael Bluteau, entre 1712 e 1721, talvez o mais importante léxico da língua, no século XVIII. Bluteau (1716) define que o Pateo é caracterizado por ser um espaço descoberto, mas murado e cercado de pilares ou colunas. O autor ainda faz menção aos pateos da Comédia e os define como um espaço “onde se assentava o povo para ver as comédias e outros espetáculos, representados no Theatro, assim se responde popularmente ao que em Lisboa chamamos de *Pateo da Comédia*”¹ (BLUTEAU, 1716, p. 4767).

Observa-se que Bluteau já indicou haver diferentes tipos de pátios, que podem abrigar distintas funções, sejam estas de âmbito privado - como os pátios internos nas construções residenciais e religiosas, por exemplo; ou os pátios de função pública, como os referidos “pátios de comédias” ou aqueles que se configuram como espaços abertos em meio à malha urbana.

Outros sentidos são expressos na terminologia do pátio, no final do século XIX, onde referia-se “a pequenos conjuntos habitacionais miseráveis que foram surgindo, espontaneamente, em certos lugares intersticiais da cidade” (TOPALOV et. al., 2014, p. 472-473). Estes, determinados pela carência de salubridade e habitabilidade, eram moralmente conotados com o vício, o crime e a marginalidade.

Um dos mais renomados dicionários da arquitetura brasileira assim define o pátio: “recinto descoberto no interior de uma construção, ou área a ela encostada. Quintal murado. Átrio, vestíbulo. Grande saguão.” (CORONA e LEMOS, 1989, p. 362). Por fim, numa definição mais contemporânea, Topalov et. al. (2014, p. 472) diz que a palavra pátio “Refere-se a áreas descobertas de alguns edifícios, tais como palácios ou conventos, cercadas ou a abrir sobre um largo ou uma rua.”²

Não sendo nosso objetivo dissertar sobre o conceito de pátio, importa atentar-se que os pátios tomam feições ora privadas ora públicas, a depender do âmbito cultural no qual estão inseridos e, assim, variam em significado, representação e organização espacial nas mais diversas tipologias construtivas, tanto residencial, nos casos de pátios internos, quanto institucional, a exemplo daqueles associados a edifícios de uso educacional, hospitalar, militar/prisional e, principalmente, religioso. Quanto à sua forma, esses espaços, quando de uso público, também apresentam variações e se diferem tanto em seus acessos (por becos, escadas ou ruas), quanto em sua geometria (largos retangulares, trapezoidais, ou de outra forma), sendo estes organizados conforme o conjunto edificado em seu entorno.

¹ Semelhante aos *corrales* espanhóis, os primeiros Pátios de Comédias são construídos com a finalidade de apresentação de espetáculos, a exemplo do Pátio Arcas datado de 1593 em Lisboa (TOPALOV, et. al. p. 472).

² Em relação às denominações atribuídas aos pátios, o autor destaca a influência das práticas populares locais na terminologia utilizada, bem como a tendência dos pátios serem nomeados em menção aos antigos senhores da região, o que justifica a presença de tantos nomes pessoais do passado nesses espaços (TOPALOV et. al.; 2014).

Reis-Alves (2011, p. 01) aponta cinco aspectos que influenciam na organização espacial e significados no tocante à constituição dos pátios, os quais podem ser detectados nos pátios privados e/ou públicos. Primeiramente, destaca-se o fator psicológico desse espaço por dotar de privacidade e segurança as atividades ali realizadas; seguido do caráter econômico, no quesito de redução com custos em defesa; o terceiro ponto diz respeito às questões climáticas oferecidas pela própria organização espacial que propicia microclimas. O fator religioso é tratado no quarto ponto, quando colocado em perspectiva o homem no “paraíso terrestre” e, por fim, o autor destaca os aspectos culturais, uma vez que cada povo interpreta e adapta este espaço conforme suas necessidades e tradições.

Suas características espaciais consistem na ausência de espaços residuais, o que confere às construções no seu entorno o espaço necessário para contemplação, além de ser um palco para eventos sociais e religiosos. O espaço livre como elemento dominante e gerador da malha urbana é um marco, destacado por Lucas (2013), como uma prática que mistura múltiplas referências opostas entre si (vernáculos e eruditas; medievais e renascentistas) delineando os moldes de concepção de espaço urbano das cidades luso-brasileiras.

De igual modo, na cultura construtiva portuguesa pode-se observar que há uma diversidade de formas, funções e significados nesses espaços. Manuel Teixeira (2012), de forma geral, os reúne sob o termo de “praças urbanas” ou, como diz o autor, “o tipo de espaço urbano que genericamente pode se enquadrar nessa designação, em que se incluem as praças, os largos, os terreiros, os campos, os adros” e a estes acrescentamos os pátios. O autor reafirma que “A diversidade de designações corresponde à grande diversidade desse tipo de espaço, no que diz respeito às suas origens, suas funções, suas formas e suas relações com a malha urbana” (TEIXEIRA, 2012, p. 99). E acrescenta:

Do ponto de vista funcional, as praças podem ter diversas origens: praças com funções de mercado, que muitas vezes se iniciaram em campos e terreiros extramuros e posteriormente se transformaram em praças urbanas; praças com funções religiosas, que tiveram sua origem em adros de igreja ou terreiros de conventos; praças com funções militares, como os campos adjacentes às torres de menagem medievais e as praças de armas seiscentistas; praças com funções políticas e administrativas, em que se inclui as praças associadas ao poder municipal onde se localizavam a Casa de Câmara e o Pelourinho ou, nas cidades coloniais, as praças onde se localizava o palácio do governador. (TEIXEIRA, 2012, p. 100)

Considerando os estudos atuais de morfologia urbana e, de acordo com a definição de Magnoli (1982), podemos associar os pátios ao conceito de “espaço livre” que engloba todas as áreas não ocupadas por estruturas construídas, incluindo espaços abertos ao redor das edificações aos quais as pessoas têm acesso, como áreas de solo, água e luz. Adros, pátios, terreiros, são assim espaços livres que se diferenciam por sua forma, na presença ou ausência de construções delimitadoras, como tetos ou paredes, e na presença ou ausência de formas tridimensionais. São esses espaços vazios que, em teoria, devem permitir uma circulação ampla e desimpedida de pessoas e, por isso são definidos como espaços livres públicos que incluem não apenas ruas, calçadas, praças e parques, mas também qualquer área desprovida de construções que permitam a interação e a mobilidade das pessoas (MACEDO et. al., 2018).

Segundo Macedo (2012); Habermas (1989) e Lefebvre (1974) ressaltam que os espaços livres urbanos vão além de meros pontos de respiro na cidade. Eles são essenciais para a expressão da cidadania, possibilitando encontros públicos, trocas culturais e comunicação. Lefebvre concebe a cidade como um palco em constante mudança, onde os espaços livres desempenham um papel crucial na vida urbana, sendo locais de manifestações culturais, interações sociais e reivindicações políticas, refletindo a identidade coletiva e a cidadania.



Diante o exposto, pode-se inferir que o pátio de São Pedro em Recife-PE caracteriza-se como um espaço com qualidades históricas, atestado pela sua relação com a fundação e construção da cidade, além do cunho religioso/profano evidenciado pelas manifestações culturais (ver Figura 2) observadas na localidade desde a década de 1970 e resiste até a atualidade.

Figura 2 – Festa da queima da lapinha no pátio de São Pedro em Recife-PE.
Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife (PCR)/Daniel Tavares, 05 de janeiro de 2023.

Sua forma geométrica, delimitada pelo casario que o circunda, confere ao local um resguardo oportuno na malha urbana dessa centralidade histórica. Logo, a restrita função primordial do pátio, enquanto um espaço de servir aos interesses da Igreja Católica, paulatinamente diversifica suas funções e usos (seja turística, institucional, cultural ou de comércio e serviços); dessa forma, são atribuídos novos valores e significados (SMITH, 2006).

3 OS VALORES DO PÁTIO DE SÃO PEDRO SEGUNDO A VISÃO DO IPHAN

Visando assimilar os valores apontados pelo IPHAN, para conferir o tombamento da igreja e pátio de São Pedro dos Clérigos, considera-se importante situar tal juízo de valor e deliberação da instituição no tempo e contexto em que ocorreram; afinal: que valores eram predominantes no contexto nacional e institucional do IPHAN, quando ocorreu o primeiro tombamento da igreja, em 1938? Qual era o conceito de monumento que se tinha naquela época? Quando da revisão deste tombamento, entre as décadas de 1960 e 1980, o que havia

mudado na postura do IPHAN quanto ao reconhecimento dos conjuntos urbanos de valor patrimonial? Por fim, identificados estes valores em uma perspectiva histórica, se torna possível entender quais destes permanecem, hoje, sustentando a preservação da igreja e pátio de São Pedro e, que outros valores podem ter sido agregados para atualizar o entendimento deste conjunto como um patrimônio cultural de relevância nacional.

A trajetória do IPHAN, sendo um assunto já trabalhado por diversos autores³, será aqui revista de forma pontual, com o objetivo apenas de situar o processo de tombamento em foco, observando em particular as décadas entre 1930 e 1980.

Criado no ano de 1937, o atual IPHAN (na época denominado SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a princípio, pautou suas ações pelo conceito de patrimônio contido no Decreto-lei 25/37, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O Artigo 1º deste decreto assim definia o que seria alvo dessa proteção:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937, p. 01).

Como já apontado por Fonseca (2005), entre outros autores, o caráter de memorável excepcional atribuído aos bens passíveis de integrar o patrimônio nacional, aliado aos predominantes valores de história e de arte, delimitou um universo de obras tombadas constituído pelo que julgavam melhor representar a identidade nacional. Soma-se a isso a construção de um ideário de nacionalidade que recortou o período colonial como tempo da produção do que havia de mais autêntico da arte brasileira.

Sendo esta a orientação adotada pelo IPHAN nas primeiras décadas de sua atuação, resultou que a instituição moldou um acervo de bens tombados onde predominava a arquitetura mais significativa do período colonial, ou seja, edifícios de função religiosa, em grande parte, ao lado de outros de função militar e oficial que representavam as instituições dominantes na colônia: a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa. Neste contexto se formou o que diversos autores denominaram como “o patrimônio de pedra e cal” do Brasil (Fonseca, 2005; Sant’Anna, 2014).

Inserir a igreja de São Pedro dos Clérigos no acervo de edifícios que expressou este conceito de patrimônio foi, certamente, uma ação quase óbvia, perante o valor histórico e artístico do bem, sobre o qual está referido em documento emitido pelo IPHAN como “uma das mais importantes edificações religiosas brasileiras”, tendo sido executada conforme o risco do “Mestre Pedreiro e Arquiteto” Manuel Ferreira Jácome (DPHAN, 1938, p. 15). Cabe atentar que este processo de tombamento foi encaminhado por Rodrigo Melo Franco de Andrade,

³ FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC; IPHAN, 2005. SANT’ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Salvador: Oiti Editora, 2014. FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (BRASIL). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. 1980.

presidente do IPHAN durante os trinta primeiros anos da instituição, definindo aquela que foi denominada pelos estudiosos da matéria como a “fase heroica”.

Nesta fase inicial (1937-1967), reconhecida por “heroica”, o órgão encarregado de proteger o patrimônio nacional concentrou seus esforços em evitar que construções civis e religiosas, muitas das quais se encontravam em estado de semiabandono ou subutilização, colapsassem e desaparecessem devido à negligência. Paralelamente a isso, uma série de ações permanentes foram empreendidas para sensibilizar a população sobre o valor e a importância do patrimônio arquitetônico representado pelos edifícios mais significativos e pelos objetos móveis contidos neles. Essas iniciativas incluíram a publicação de materiais técnicos, divulgação em mídia, estabelecimento de museus regionais, organização de exposições etc. (FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA, 1980).

É válido ressaltar que a rápida urbanização observada no Brasil no início do século XX, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e mais tarde em outras capitais estaduais, resultou na destruição de uma parte significativa do patrimônio cultural dessas cidades, antes mesmo da criação do IPHAN. No entanto, em meio a tais transformações urbanas, diversos conjuntos urbanos permanecem relativamente inalterados por razões diversas, a exemplo do pátio de São Pedro.

Diante disso, ocorre que devido à urgência causada pela ausência de uma legislação de proteção do patrimônio no Brasil, pelo tempo perdido e negligência, a instituição, durante os primeiros anos de sua existência, teve que intensificar seus esforços para cumprir a missão que havia se proposto a realizar; conforme exposto pelo Diretor regional do IPHAN, o arquiteto Luís Saia:

[...] Tão grande foi esse trabalho e tão pouca era a gente disponível que não poderia ser levado a cabo sem a ajuda de amadores da velha guarda que desde a primeira hora se acostaram ao Sphan e aí acolheram nova orientação, prestando um serviço admirável e insubstituível:

- a) inventariar o que existia de amostragem mais significativa da formação brasileira;
- b) socorrer urgente, e salvar alguns monumentos que estavam profundamente atingidos pela ruína e ameaçavam perecimento completo;
- c) introduzir na normalidade nacional, inclusive e principalmente no campo jurídico, não apenas a figura do "tombamento" e suas conseqüências, especialmente aquelas que representavam um gravame caindo sobre a propriedade privada.

A fim de enfrentar tamanha tarefa era indispensável ao Sphan municiar-se de estudos e colocar corajosamente em segundo plano tudo o que pudesse ser feito mais tarde, com mais experiência e mais gente: controle do comércio da arte, tombamento paisagístico, inventário de artes menores, aproveitamento e revalorização de monumentos cuja função se tornara obsoleta, tombamento de conjuntos urbanos, etc. (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 1980, Pág. 17-18)

Foi neste contexto que a Igreja de São Pedro dos Clérigos foi inscrita sob o nº 187, no Livro das Belas Artes, em 20 de julho de 1938, ficando em segundo plano o pátio que não foi contemplado com a mesma proteção. Portanto, o tombamento inicial da Igreja de São Pedro, foi definido “a partir do acervo de construções de pedra e cal remanescentes do Brasil Colônia” seguindo a ideologia que esteve na base da criação do IPHAN (KÖHLER, 2010, p. 4).

No entanto, sabe-se que este conceito de patrimônio, firmado no período do estado novo (1937 - 1945), não considerava a diversidade cultural existente no Brasil, seja em seus processos históricos ou pela constituição das cidades brasileiras enquanto construção plural, colocando a margem legados de diversas camadas da sociedade brasileira e suas respectivas manifestações culturais.

Em 1966, este processo de tombamento volta a ser alvo da atenção do IPHAN através de uma “Proposta de extensão do tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos, com a inclusão do Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro com os lanços de casas que o envolvem e os que ladeiam a igreja até os de nº 63 e 146”, conforme Figura 3.

Figura 3 – Fotografia panorâmica do pátio de São Pedro.



Fonte: Acervo Pessoal, 2022.

Nos documentos institucionais que tratam da matéria, o arquiteto Augusto da Silva Telles⁴, então inserido no quadro de profissionais do IPHAN, mostrou sua preocupação com as descaracterizações dos imóveis situados no pátio, dizendo serem:

Casas térreas e assobradadas, de frente de rua, coladas umas às outras, guardam, ainda hoje, marcante caráter das construções antigas, apesar de umas poucas terem sofrido reparos deformantes que, no entretanto, não chegaram a intervir nos seus volumes edificados, e no ritmo dos vãos de janelas e portas (DPHAN, 1938, p. 16).

Ele ainda apontou fatos positivos e negativos para conservação do conjunto urbano do Pátio de São Pedro, assim relatados:

O projeto de urbanização aprovado há pouco mais de um ano pela Prefeitura Municipal do Recife (...) estabeleceu para êste logradouro o gabarito de 1 e 2 pavimentos. Resolvendo esta medida o problema da escala e da visibilidade do monumento, não resolveria o da ambiência, pois que com a ocorrência de reformas de frontarias e coberturas das várias edificações, visando modernizá-las, perder-se-ia, por completo, a harmonia ainda existente, e que urge tudo se fazer por preservar. Além disto, dada a proximidade dêste conjunto com o prolongamento da Av. Dantas Barreto, obra em execução no momento, haverá no local, dentro de pouco tempo, forte pressão imobiliária, que poderá comprometer as restrições conseguidas no plano de gabaritos referido, aprovado pela Administração Municipal (DPHAN, 1938, p. 16. grifo nosso).

⁴ Esta proposta de revisão do tombamento envolveu nomes relevantes da arquitetura nacional da época, profissionais que foram, ao mesmo tempo, reconhecidos estudiosos da arte brasileira, como Augusto da Silva Telles, Lúcio Costa, José Luis Mota Menezes, Paulo Tedim Barreto e Paulo Ferreira Santos.

Neste relato o termo “ambiência” demonstra uma primeira mudança de postura em relação à conservação dos conjuntos urbanos, o que pode ser associado à definição de “monumento histórico” contida na Carta de Veneza, de 1964, que reconhece o valor não só das grandes criações, mas também das “obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (CARTA DE VENEZA, 1964). Este discurso fundamenta o conceito de “ambiência” assim tratado na Recomendação de Nairobi, de 1976.

Entende-se por “ambiência” dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por **laços sociais, econômicos ou culturais** (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976. grifo nosso).

Por fim, a proposta de extensão do tombamento foi acatada pelo Conselho Consultivo do IPHAN, havendo o relator do processo, o arquiteto Paulo Ferreira Santos⁵, definido a “inscrição nos Livros do Tombo das Belas Artes e no Histórico, como extensão do tombamento da Igreja de São Pedro dos Clérigos do Recife, o Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro, até as casas de números 63 e 146.” Este casario, de pequeno porte, era visto como a “moldura” que valoriza a “nobre e alta frontaria” do templo. Portanto, o pátio foi tombado, no Livro Histórico, sob a justificativa de que a igreja - tombada no Livro das Belas Artes, “tem sua monumentalidade, em grande parte, conferida pelas edificações que a cercam, e que formam, à sua frente, o Pátio de São Pedro” (DPHAN, 1938, p. 15). Arte, excepcionalidade e história continuavam sendo os valores que balizavam as decisões do IPHAN até então.

Assim, o conselho consultivo do IPHAN, por unanimidade, deliberou sobre o tombamento do pátio, em 7 de junho de 1968. Os estudos que fundamentaram o tombamento apontaram intervenções reparativas no conjunto objetivando devolver as feições primitivas do pátio, a exemplo da sugestão do arquiteto Lúcio Costa em retirar as platibandas dos telhados e retomar o uso dos beirais. Sobre isso tratou o arquiteto Paulo Thedim Barreto⁶:

É de toda conveniência preservar-se o Pátio de São Pedro, onde a igreja deverá continuar a surgir de surpresa, para garantia de sua aparente monumentalidade. E tombá-lo com o conjunto arquitetônico subsistente torna-se necessário, pois, como assegura o arquiteto Silva Telles, é o meio de conservar a ambiência, já prejudicada em parte por interferência mal havidas, mas de fácil recuperação (DPHAN, 1938, Pág. 18).

Ao fim da leitura deste processo de tombamento, fica evidente que inicialmente o pátio de São Pedro foi tratado simplesmente como uma moldura que valorizava a monumentalidade e impotência da igreja. Dessa maneira, este histórico espaço urbano que abriga relevantes manifestações culturais, desde de sua gênese, de cunho sagrado e, progressivamente, também

⁵ A convite de Rodrigo de Melo Franco, então diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o professor tornou-se membro do Conselho Consultivo da instituição em 1955, permanecendo vinculado até 1981. Além dessa colaboração, desempenhou um papel crucial na elaboração de pareceres e estudos relacionados ao patrimônio cultural brasileiro (THOMPSON, 2010).

⁶ Foi o arquiteto chefe da Seção de Arte nesse primeiro período do órgão, uma vez que estabeleceu-se um conjunto de diretrizes internas que resultaram na ocupação dos cargos técnicos, por representantes intelectuais associados ao movimento modernista, em sua maioria, e recebiam remuneração por um período determinado para realizar pesquisas e inventários em diversas regiões do Brasil. Colaboradores notáveis incluíam Lúcio Costa, Alcides Rocha Miranda, Gilberto Freyre, Oscar Niemeyer e Godofredo Rebelo de Figueiredo Filho (THOMPSON, 2010).

profano (conforme Figura 4); teve seu valor social e cultural invisibilizados até o final da década de 1960, ou seja, até a retificação do tombamento inicial da Igreja de São Pedro dos Clérigos.

No entanto, ao longo das décadas seguintes, houve uma mudança perceptível de perspectiva quanto ao patrimônio histórico e cultural. O pátio de São Pedro passou a também ser visto como um espaço de significância arquitetônica e urbanística-paisagística (como um palco de interações sociais, expressões culturais e eventos comunitários). Essa mudança de percepção desencadeou esforços de preservação e revitalização, das respectivas esferas governamentais, visando valorizar não apenas a igreja em si, mas também seu entorno e, dessa forma, proteger o contexto histórico-cultural que o envolve.

Figura 4 – Agitação cultural no pátio de São Pedro nas décadas de 1970 e 1990, respectivamente.



Fonte: Acervo FUNDAJ/DPPC Recife, década de 1970 e 1990, respectivamente.

ser oficialmente reconhecida somente em 1985. O referido monumento e sua poligonal de tombamento, enquanto espaços edificados e vazios, atestam essa função e semântica. Para além dos valores atribuídos em tombamento (artístico, histórico e de ambiência); outros valores passam a atribuir menção a esse notável espaço, como: valor turístico, valor econômico, valor de memória, valor afetivo. Logo, o pátio de São Pedro tornou-se não apenas um marco arquitetônico, mas também um local que congrega a cultura e a história da cidade do Recife.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enunciado o pátio de São Pedro como objeto de estudo, situado no bairro de Santo Antônio (em Recife-PE), juntoa imponente Catedral de São Pedro dos Clérigos e o casario que delimita o espaço, sua relevância é reconhecida pelo IPHAN, enquanto um valioso conjunto arquitetônico urbano. A sua forma espacial que agrega e acolhe, testemunha ao longo dos séculos diversas celebrações religiosas, eventos culturais e manifestações populares; por isso, os valores, que emanam do pátio, são multifacetados. Portanto, a narrativa construída nesta pesquisa reafirma, por intermédio da história do local, a sua função primordial, a religiosa; ao passo que, em seu estoque edificado expressa-se, atualmente, uma diversidade de valores e significados que fazem parte da construção e consolidação da cidade do Recife.

Como resposta ao objetivo principal desta pesquisa, obtemos a construção de uma narrativa sobre as perspectivas de semântica, valor e função do pátio de São Pedro, e quais são os valores nele reconhecidos. Logo, com base nas informações elencadas no desenvolvimento desta pesquisa, pode-se indicar que o objetivo proposto foi alcançado.

Entre os principais resultados, destaca-se uma nova pluralidade de valores atribuídas ao pátio de São Pedro, para além das elucidadas em seu tombamento (valor artístico, valor histórico e valor de ambiência). No que se refere a função e semântica dos pátios, os estudos mais recentes, reforçam a necessidade de questionar os entendimentos tradicionais sobre a temática de patrimônio cultural, a fim de promover mudanças na maneira como o patrimônio é preservado, interpretado e valorizado, tornando-o adaptado às necessidades e realidades atuais. Dessa maneira, os resultados contribuem com aportes teóricos e sociais, para a manutenção e continuidade historiográfica da cidade do Recife; sendo importante salientar que esses resultados não são conclusivos e definitivos. Sugere-se, portanto, que seja analisado caso a caso ou pátio a pátio, acerca de seus respectivos contributos neste mesmo cenário.

5 REFERÊNCIAS

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português & latino..** na oficina de Pascoal da Sylva. Lisboa, 1716.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro/Brasília, 1937.

CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da arquitetura brasileira.** São Paulo: Artshow Books. 1989.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO. **Conferência mundial sobre políticas culturais.** Cidade do México: ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Acedido em, v. 30, n. 4. México, 1985.

DPHAN, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo de tombamento nº 123-T-38.** Seção de História; Rio de Janeiro, 1938.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC; IPHAN, 2005.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (BRASIL). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil:** uma trajetória. 1980.

GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos.** Recife: Fundação Guararapes, 1970.

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action.** Boston: Beacon Press, 1989.

KÖHLER, André Fontan. Patrimônio, Memória e Turismo: Evolução e Entrelaçamentos de Políticas Públicas no Pátio de São Pedro (Recife, PE). In: VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa Pós-Graduação em Turismo. 2010, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo, 2010. Disponível em: www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=7. Acesso em: 12 dez de 2022.

LEFEBVRE, Henry. **La production de l'espace.** Paris: Anthropos, 1974.

LUCAS, Menezes. A Corte Portuguesa e o Urbanismo Colonial no Brasil. In: XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofia y Letras., Mendoza, **Anais [...]**. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013. P. 1-17.

MACEDO, Silvio Soares et al. Os sistemas de espaços livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil: produção e apropriação (QUAPÁSEL II). **Paisagem e Ambiente**, n. 30, p. 137-172. São Paulo, 2012.

MACEDO, Silvio Soares; CUSTÓDIO, Vanderli; DONOSO, Verônica Garcia. **Reflexões sobre espaços livres na forma urbana.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Espaços livres e urbanização:** uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo), 1982. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARX, Murillo. **Nosso chão:** do sagrado ao profano. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI. **Recomendações propostas a partir da Conferência Geral da Unesco–19ª sessão.** Nairóbi, 1976.

REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. O que é o pátio interno? – parte 1. **Arquitextos**, São Paulo, ano 06, n. 063.06, Vitruvius, set. 2005. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.063/436>. Acesso em 9 abril 2024.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento:** a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990. Salvador: Oiti Editora, 2014.

SMITH, Laura Jane. **Uses of heritage.** USA/CANADA: Routledge, 2006.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa.** Editora Unesp. São Paulo, 2012.

THOMPSON, Analucia (Ed.). **Entrevista com Augusto da Silva Telles.** Iphan, 2010.

TOPALOV, Christian et al. (Ed.). **A aventura das palavras da cidade:** através dos tempos, das línguas e das sociedades. 1ª ed. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014. v. 1. 696p.